

# Amotinamento como estratégia de emancipação: micropolítica dos motins de teatro e dança de Petrolina-PE<sup>1</sup>

Paulo Edison Rodrigues de Melo,<sup>2</sup> Luciana Lyra<sup>3</sup>

**Resumo:** O desígnio deste texto é apresentar os modos de operação artística em redes de (r) existência de teatro e dança na cidade de Petrolina, em Pernambuco. Ao tomar aqui essas redes como *motins*, evita-se hierarquização de grupos, coletivos, companhias e trupes, e se direciona a um desenho de estratégias de *ações disruptivas* e *a(r)tivistas*, realizadas por esses motins, destacando-as em seu calibre emancipatório e micropolítico.

**Palavras-chaves:** Teatro. Dança. Petrolina-PE. Motins. Micropolítica.

## Rioting as an emancipation strategy: micropolitics of theater and dance riots in Petrolina-PE

**Abstract:** The purpose of this text is to present the modes of artistic operation of networks of (r)existence of theater and dance in the city of Petrolina, in Pernambuco. By taking these networks as riots here, it avoids a hierarchy of groups, collectives, companies, troupes, and ends up directing to a design of strategies of disruptive and a(r)tivist actions, carried out by these riots, highlighting them in their emancipatory and micropolitical caliber.

**Keywords:** Theater. Dance. Petrolina-PE. Riots. Micropolitic.

1 Artigo proveniente da dissertação intitulada Motins de teatro e dança em Petrolina-PE: (r)existências, pelejas e poéticas nas margens, de Paulo Edison Rodrigues de Melo, sob orientação da Profa. PhD. Luciana Lyra, defendida junto ao PPGArtes-Uerj em 2 de junho de 2022.

2 Ator, bailarino, encenador e professor. Mestre em Artes (PPGArtes/Uerj), especialista em Ensino Contemporâneo de Arte (PPGE/UFRJ), licenciado em Teatro (UniRio), pesquisador do grupo Motim – Mito, rito e cartografias feministas nas artes (CNPq), professor de artes/teatro do Sesc – Rua Pacífico da Luz, 618 – Centro, Petrolina – PE, 56304-010. E-mail: opaulodemelo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7385-6422>. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5443015479907169>. Petrolina, Pernambuco, Brasil.

3 Atriz, encenadora, diretora, dramaturga e escritora. PhD. em artes cênicas (UFRN) e antropologia (USP), doutora e mestra em artes da cena (PPGac/Unicamp), pesquisadora-líder do grupo Motim – Mito, rito e cartografias feministas nas artes (CNPq), coordenadora e docente do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), docente associada do DEACP, na mesma universidade – Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, 20943-000. E-mail: lucianalyra@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5440-5482>. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5443015479907169>. Rio de Janeiro, Brasil.

Em cidades de interior da região Nordeste do Brasil, os coletivos, as companhias, os grupos, os núcleos, as trupes, aqui tomados aqui como motins, pelo seu calibre de (r)existência, funcionam como territórios de singularização propícios à produção de saberes gerados por experiências de sujeitos artistas invisibilizados e oprimidos. Amotinar-se numa cidade de interior é posicionamento político e também estratégia de emancipação ante a um sistema de distribuição de recursos para a cultura que insiste em desvalorizar e invisibilizar agentes culturais assentados fora da circunscrição das capitais e regiões metropolitanas. Sobre a palavra motim, no prefácio de *O livro do motim*, (LYRA, 2021), ao justificar a escolha da nomenclatura do grupo de pesquisa e extensão que lidera, Luciana Lyra afirma o seguinte:

Naturalmente tem sido comum associarmos a palavra MOTIM num plano negativo da experiência coletiva, conectando-a a atos destrutivos de desobediência, a autoridades ou à ordem pública. [...] No MOTIM, os campos colaborativos do mito e do rito, rechaçados pelas ciências duras e pelas artes formalistas, ganham discussões. Estes eixos de pesquisa acabam por fomentar coletivos de artistas atrelados a processos autorais, partindo de mitologias pessoais para criação, assim como investigação de contextos de alteridade, que dialogam com camadas de personalidade (LYRA, 2021, p. 13 )

Tal qual sugere Lyra, para construir a narrativa circunscrita nesta pesquisa tenho buscado tecer uma escrita acadêmica com camadas de personalidade, dado que, como sujeito artista oriundo de Petrolina, sertão de Pernambuco, também atravessado pelas estruturas de opressão, poder, subalternização e hierarquização, que invisibilizam as poéticas geradas por agentes culturais assentados nesse território de margem, serei narrador, sob orientação de Luciana Lyra e, em alguma medida, um dos sujeitos narrados.

Petrolina está situada na margem do rio São Francisco, é a cidade pernambucana que delimita a divisa com a Bahia e, segundo dados do IBGE,<sup>1</sup> tem população estimada em 293.962 mil habitantes. É território próximo aos estados do Piauí e do Ceará que ficou conhecido no início do século XX como encruzilhada do progresso, por ser ponto de passagem rodoviária obrigatória para a região Norte e via de escoamento para as regiões Centro e Sul do

1 Panorama Petrolina. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>. Acesso em: 25 maio 2022.

país. Local de nascimento de expoentes deputados, governadores, senadores e ministros da República, há resquícios de coronelismo impregnados no inconsciente coletivo da população, que há um século elege e mantém no poder integrantes da mesma família e seus aliados políticos.

A influência política, em certa medida, foi fator determinante para o progresso e crescimento desse contexto desde o período da ditadura militar brasileira. Petrolina é atualmente a sexta maior economia de Pernambuco, a segunda maior produtora de vinhos do Brasil e é considerada a capital do vinho no Nordeste, sendo noticiada pelos meios de comunicação como um oásis no sertão.

No tocante às artes da cena há na cidade uma produção fértil e plural, com motins de dança e de teatro sediados nos bairros de sua região central e de sua periferia; são eles: Cia de Dança do Sesc (1995), Teatro Popular de Arte (1999), Núcleo de Teatro do Sesc (2005), Trupe Errante (2006), Cia Balançarte (2006), Qualquer Um dos Dois Cia de Dança (2007), *Fértil Cia de Dança* (2007), Cia Biruta de Teatro (2008), Cia Sarau das Seis (2010), Coletivo Trippé (2011), Coletivo Incomum (2011), Cia Casa de Orates (2011), Coletivo Experiment' Aí (2014), Entre Lados Cia de Dança (2014), Confraria 27 (2014), Coletivo Inconstante (2015), Ballet Jovem do Vale do São Francisco (2016).

Ainda que haja tantos trabalhadores da cultura em movimento e produzindo poéticas para a cena nesse e sobre esse território, não há na cidade nenhum equipamento cultural gerido pelo poder público para escoar a produção dos motins de teatro e de dança aqui sediados. Desse modo, os motins operam em constante enfrentamento às violências simbólicas que historicamente inviabilizam e invisibilizam suas poéticas.

Em 2001 o então prefeito de Petrolina Fernando Bezerra Coelho junto a câmara municipal aprovou e sancionou, por meio da lei n. 1.055, de 28 de junho de 2001, um sistema de incentivo à cultura (SIC) que, segundo estatuto, tinha como finalidade proporcionar à população os meios de acesso à cultura e apoiar, incentivar, difundir, valorizar, desenvolver e preservar, em caráter abrangente, as expressões artísticas e o patrimônio cultural do município.

O artigo 4º do capítulo I do SIC previa um fundo de incentivo à cultura (FIC) e um mecenato de incentivo à cultura (MIC), dois mecanismos

distintos que viriam a ser pleiteados por meio de editais e geridos pela Fundação Cultural de Petrolina (FCP). Já o artigo 7º do capítulo II do SIC, estabelecia que as verbas deveriam ser destinadas ao custeio de projetos que promovessem o estímulo ao desenvolvimento cultural do município, com base na pluralidade e na diversidade das expressões culturais, bem como o apoio a projetos direcionados à capacitação e ao aperfeiçoamento profissional dos agentes culturais do contexto, visando à estruturação do mercado cultural local.

O artigo 17º do capítulo IV do SIC instaurava a criação de um cadastro cultural de Petrolina (CCP) a ser gerido também pela Fundação Cultural. A criação do fundo e do mecenato mobilizou bastante os agentes culturais que atuavam na cidade no início do século XXI – ao longo dessa pesquisa tentei localizar e acessar esse cadastro, mas não foi possível encontrá-lo; na época o banco de dados ainda não era digital, e supõe-se que os arquivos tenham sido descartados ao final da gestão.

O fundo e o mecenato do SIC de Petrolina foram estratégias institucionalizadas que o poder público estruturou a partir de uma política cultural neoliberal. Ao estimular a iniciativa privada a investir em cultura, a prefeitura de certo modo se isentava da responsabilidade de investimento direto em ações culturais. Sobre a política de investimento em cultura guiada pelo liberalismo cultural, Rosyane Trotta (2013, p. 478) nos ensina que

Toda política cultural pratica um determinado pensamento, mesmo que por meio da omissão. Algumas delas se pautam pela ideia de que não é papel do Estado defender modelos únicos de arte e cultura nem oferecer à população produtos. Entre essas políticas está a que se guia pela ideologia do liberalismo cultural, segundo a qual a cultura passa a ser produzida a critério da iniciativa privada, que recebe para isso parte da isenção de tributo fiscal devido ao Estado. As leis de incentivo fiscal foram criadas para estimular a iniciativa privada a investir em cultura.

De todas as expressões culturais consolidadas nesse contexto, a literatura foi a que mais se beneficiou dos FIC e MIC; as demais expressões culturais esbararam constantemente na burocratização dos processos de captação de recursos. Motins de teatro e de dança aprovavam projetos, mas tinham muita dificuldade em captar recursos junto à iniciativa privada, e desse modo as ações não se efetivavam. Na década em que a lei esteve em vigor, apenas três motins da cidade – Teatro Popular de Arte, Cia Biruta de Teatro e Trupp Errante – conseguiram captar recursos por intermédio do MIC; nenhum motim de teatro, entretanto, conseguiu acessar o FIC.

A burocratização dos processos de captação, portanto, se revela como uma estratégia de desassistência e representa a manutenção das desigualdades de acesso a bens culturais. Embora legalmente muito bem estruturado, o SIC de Petrolina não provocou mudanças significativas no contexto de desassistência dos artistas da cidade. Previa democratizar o acesso aos bens culturais e os espaços de fruição, bem como criar um fundo de cultura que propiciasse o fortalecimento da cadeia produtiva das artes da cena e a continuidade do trabalho dos motins, mas na prática burocratizou mais do que transformou o cenário de escassez imposto aos agentes culturais do contexto.

No diálogo que se estabelece entre agentes culturais e gestões municipais há, em regra, por parte dos gestores, uma prática de política de balcão assistencialista que é difícil de ser rompida, ainda que a classe artística se posicione contrária a essa maneira de gerir os recursos e se coloque em enfrentamento aos processos de pulverização.

**Figura 1**  
Pedra fundamental do Teatro Municipal, 2002  
Fonte: arquivo pessoal



Em 2002, foi firmada parceria com o BNDES<sup>2</sup> e o MinC<sup>3</sup>, na época gerido por Gilberto Gil, para que quantia em torno de 3,4 milhões de reais fosse disponibilizada com vistas à construção do Teatro Municipal de Petrolina.<sup>4</sup> Como celebração, em 9 de agosto daquele ano, portanto há quase duas décadas, foi lançada em solenidade sua pedra fundamental, evento que reuniu personalidades artísticas e políticos da cidade numa cerimônia massivamente midiaticizada que ritualizou simbolicamente as assinaturas dos presentes numa peça de couro de bode, em seguida enterrada sob a pedra fundamental do que viria a ser esse equipamento cultural de extrema importância para a cidade.

Naquele ano corria o segundo mandato de Fernando Bezerra Coelho<sup>5</sup> como prefeito de Petrolina – ele foi eleito em três ocasiões: 1992, 2000 e 2004). Com extensa trajetória política, Fernando ocupou diversos cargos públicos e transitou por vários partidos, tendo sido deputado estadual e federal, e ministro da Integração Nacional no mandato de Dilma Rousseff; atualmente é senador da República. A superintendente da Fundação Cultural de Petrolina, instituição criada na época para gerir os recursos da cultura nesse contexto e que já não existe mais, previu que o prédio do teatro ficaria pronto em 2003; contudo, a construção desse equipamento cultural que poderia ter sido fundamental para a fruição das artes da cena gerada em Petrolina jamais se concretizou.

Há pistas de que os recursos públicos mobilizados para a construção dessa obra eleitoreira não concluída foram desviados por meio de um decreto de estado de calamidade pública em 2004, ano em que fortes chuvas atingiram a população da cidade. Os decretos de calamidade pública autorizam legalmente as gestões municipais a redirecionar para a ações de assistência quaisquer recursos de que as prefeituras porventura disponham.

2 Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>. Acesso em: 22 fev. 2022.

3 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/minc>. Acesso em: 22 fev. 2022.

4 Memória Prefeito Petrolina. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-02-04/prefeito-de-petrolina-pede-mais-tempo-para-prestar-contas-de-construcao-de-teatro>. Acesso em: 22 fev. 2022.

5 Biografia Câmara dos deputados. Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/133841/biografia>. Acesso em: 22 fev. 2022.



**Figura 2**  
Teatro fantasma/  
bueiro municipal.  
Fonte: arquivo pessoal

Os recursos que havia na prefeitura naquele ano eram esses para a construção do tão necessário teatro municipal, mas infelizmente a obra jamais saiu do papel. Até hoje político nenhum assume a responsabilidade pelo desvio das verbas nem pela não existência desse ex-quase-teatro. Desde a última vez que Fernando Bezerra Coelho renunciou à prefeitura, houve cinco outros mandatos de prefeitos distintos; a situação do Teatro Municipal, contudo, nunca se alterou.

Há hoje na encruzilhada destinada à construção do Teatro Municipal de Petrolina um grande bueiro, que só é notado pela população em períodos de chuva intensa, pelo caos que provoca. Diferentemente do rio que delimita o território da cidade, o teatro fantasma/bueiro municipal não deságua.

A fim de discutir e combater os processos de pulverização da cadeia produtiva que se estabeleciam, artistas, técnicos de teatro e dança de Petrolina, insatisfeitos com o cenário de descaso que se instaurava para os agentes culturais do contexto, reuniram-se em fevereiro de 2004 para debater a conjuntura político-cultural da cidade; nessas reuniões percebeu-se a necessidade de organização de uma representação da classe artística junto aos campos de disputas. Começava ali um processo de emancipação.

Nesses encontros foi fundada uma associação de artistas, com estatuto elaborado em coletividade pelos agentes culturais ali presentes. Formar uma associação de artistas ia de encontro ao desejo de promoção e desenvolvimento artístico-cultural na cidade, no sentido de fortalecer, valorizar e regulamentar os fazeres dos profissionais que na época atuavam em

**Figura 3**  
 Nota de regulamentação da Artedap, 2004  
 Fonte: arquivo pessoal

**ARTES** A criação da entidade vinha sendo discutida há muito tempo

## Criada associação dos artistas e técnicos de teatro e dança de Petrolina

**O**s artistas e técnicos de teatro e dança de Petrolina, finalmente, fundaram a entidade que irá regulamentá-los. Para muitos, é um sonho saber que a partir de agora poderão passar a ser tratados com o devido respeito, tendo a sua frente uma organização representativa, para outros é mais uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento artístico da região.

A criação da Associação dos Artistas e Técnicos de Teatro e Dança de Petrolina (ARTEDAP), há muito tempo vinha sendo discutida entre os artistas, que idealizavam uma entidade promotora do fortalecimento, profissionalização e regulamentação das artes cênicas.

A associação foi constituída a partir de uma assembleia geral de fundação realizada na sexta-feira (27) no SESC Petrolina. Na reunião foi apresentado pela comissão formada no último dia 04 de fevereiro, o projeto cul-

tural em comemoração ao Dia Mundial do Teatro, comemorado no dia 27 de março, em que irá atuar como realizadora e que terá o propósito principal de lançar oficialmente o nome da ARTE-DAP como representante maior das artes cênicas em Petrolina.

Foram escolhidos ainda os nomes dos integrantes da primeira diretoria. Como candidato único ao cargo de diretor geral, Joedson Sidnei da Silva, foi eleito com 36 votos. Para o cargo de Diretor Administrativo, Eliane Guimarães, foi eleita com 30 votos. O Diretor Financeiro eleito é Antônio Veronaldo Martins.

A próxima reunião da associação acontece quarta-feira (03), às 19h, no Sesc> Serão discutidos o Conselho Municipal da Juventude, o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais e o SIC - Sistema de Incentivo à Cultura.

**Diretoria da Associação**

**DIRETOR GERAL**  
Joedson Silva

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**  
Eliane Guimarães

**DIRETOR FINANCEIRO**  
Antônio Veronaldo

**DIRETOR DE PROJETOS E COMUNICAÇÃO**  
Thomaz José da Silva Carvalho

**CONSELHO FISCAL**

Lucylene Lima da Silva - Membro Efetivo  
 Solange dos Santos Soares - Membro Efetivo  
 João Rafael da Silva Neto - Membro Efetivo  
 Maria Helena de Alencar - Membro Suplente  
 Daniel Ribeiro de Carvalho - Membro Suplente  
 Aurenny Alves de Lima - Membro Suplente.

**ATCP**  
 Associação de Transporte Complementar de Passageiros

PETROLINA a:
 

- Cabrobó
- Salgueiro
- Ouricuri
- Trindade
- Araripina

**RESERVAS**  
**3861-9050**

Rua Paulo Honório, nº 109-A - Dom Maian  
 Petrolina/PE (Ao lado da Rodoviária Pastor Chudá)

motins locais de teatro e dança. A denominação da entidade ficou sendo Associação dos Artistas e Técnicos de Teatro e Dança de Petrolina (Artedap), organização de extrema importância para aquele contexto de efervescência cultural que se estabelecia com o Partido dos Trabalhadores na Presidência. As discussões geradas nessa associação passaram a nortear a micropolítica dos motins, a forma de atuação da entidade organizada e os rumos das ações dali em diante.

A Artedap constituiu um divisor de águas para a cadeia produtiva de Petrolina, e nela artistas fortaleceram um pensamento de amotinamento como estratégia de emancipação, posicionando-se publicamente contra a política assistencialista promovida pela gestão municipal e escancarando o cenário de descaso que havia se estabelecido ao longo dos anos com a total desassistência aos agentes culturais da cidade.

Há um histórico de perseguições políticas a artistas locais que se posicionaram publicamente contrários à má gestão dos recursos para a pasta da Cultura em Petrolina. Em regra, os recursos para a cultura na cidade tendem a ser direcionados a eventos de grande porte que não geram empre-

gabilidade para a maioria dos trabalhadores que movimentam a cena cultural da cidade. Sobre a falta de visão sistêmica e de complementaridade na gestão de cultura nas prefeituras, José Carlos Durand (2013, p. 25) nos ajuda a compreender que este não foi um problema isolado em Petrolina:

No Brasil, sequer se sabe quantas prefeituras possuem secretarias de cultura e, por conseguinte, em quantas os assuntos culturais são tratados através de secretarias de educação, esporte e turismo, ou outra qualquer. O fato de haver uma secretaria autônoma para a cultura nos organogramas estadual e municipal não significa necessariamente que nos locais onde isso ocorre o trato da área seja mais eficiente, ágil e substantivamente melhor. [...] Porém, tão escandalosa situação de desinformação não deixa de ser um sintoma de como ainda esse setor está atrasado na maior parte do país. [...] É muito frequente as secretarias estaduais concentrarem recursos nas capitais dos Estados, sobrepondo-se às respectivas secretarias municipais, enquanto faltam visão e vontade sobre o que fazer no interior.

Em Petrolina a Secretaria de Cultura está atrelada à pasta de Educação, Esporte e Turismo; sabe-se o quão complexo é uma secretaria de cultura ser aglutinada a outras secretarias, como se cada uma delas não tivesse suas demandas e especificidades. Cultura não é evento; no entanto, os poucos recursos destinados a essa pasta nas prefeituras do interior de Pernambuco são historicamente utilizados para esse fim. Como consequência dessa má distribuição, teatros, centros culturais ou espaços de formação e fruição mantidos pelo poder público ainda são uma realidade distante nesses contextos.

Quando Fernando renunciou ao cargo de prefeito de Petrolina em 2006 para assumir o de secretário estadual de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, foi sucedido pelo então vice-prefeito Odacy Amorim,<sup>6</sup> que havia sido vereador de 1993 a 2004 e em seu último mandato na Câmara ocupou também o cargo de presidente da Comissão de Defesa Civil do município, tendo atuação destacada no episódio das enchentes de 2004, o que lhe rendeu a indicação na chapa de Fernando, que concorreria à eleição daquele ano. Ao cruzar essas datas pode-se supor a identificação dos agentes diretos do desvio da verba de construção do teatro municipal.

6 Página Odacy Amorim. Disponível em: <https://pt.org.br/odacy-amorim/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Nas eleições de 2008 e 2012 o prefeito eleito foi o médico Júlio Lóssio que, até então, nunca ocupara cargos políticos. Os mandatos de Lóssio tiveram ações relevantes para o campo da educação, a exemplo do Nova Semente, programa voltado para a educação infantil e primeira infância que foi reconhecido nacionalmente. No tocante à cultura, porém, a gestão dos recursos no período em que Júlio esteve à frente da Prefeitura foi tenebrosa e é marcada pelo total esvaziamento das ações; acrescenta-se que esses foram períodos administrativos marcados por diversas polêmicas, entre elas a cassação do mandato do prefeito e o episódio das esculturas.

O crescimento da bancada da bíblia na política institucionalizada representa a inserção de representantes que defendem o interesse das instituições religiosas em cargos públicos, seja na Câmara de Vereadores, prefeituras ou à frente das secretarias administrativas. Na gestão de Júlio, a Câmara de Vereadores esteve repleta de vereadores autodeclarados representantes dos cristãos, das igrejas católicas e evangélicas. Uma das primeiras ações de cultura da gestão Lóssio foi a construção de gigantesca escultura de concreto armado representando uma bíblia, obra do artista plástico Ledo Ivo, erguida junto à entrada do distrito industrial e inaugurada em maio de 2012.

**Figura 4**  
Monumento A Bíblia,  
obra do artista Ledo  
Ivo. Fonte: arquivo  
pessoal



Poucos meses depois, outra obra de Ledo Ivo, a escultura *Mãe d'água*, foi ancorada numa pedra dentro do rio São Francisco e inaugurada em setembro 2012. Ao contrário da bíblia gigante, a enorme mãe d'água gerou grande repercussão negativa e polarizou o debate em torno da religião afro-brasileira, uma vez que ficou conhecida popularmente como estátua de lemanjá. Segundo o artista, a inspiração para a obra foi a lenda da personagem da mitologia indígena, informação que, no entanto, não

fez muita diferença para as forças reacionárias institucionalizadas, que na Câmara de Vereadores exaltaram *A Bíblia*, mas foram reacionárias com relação à *Mãe d'água*.

**Figura 5**  
Monumento Mãe d'água, obra de Ledo Ivo. Fonte: arquivo pessoal



A maioria da população de Petrolina é terrivelmente cristã, reacionária, conservadora; as discussões virtuais geradas na época em torno da estátua da mãe d'água eram carregadas de injúrias, enquanto as referentes à representação da bíblia tinham tom de louvor. Para extremistas religiosos tudo o que foge ao entendimento é atribuído ao diabo; nessa lógica, se a obra era para enaltecer as mitologias cristãs, porque cristianismo é uma mitologia, estava tudo bem, mas se era para enaltecer figuras mitológicas cultuadas em outras religiões, aí já seria demais.

Vivêssemos numa democracia em que a liberdade de credo fosse um direito assegurado, poderia haver estátuas de bíblias, iemanjás ou teatros de concreto armado em convivência no espaço da cidade, mas infelizmente não é assim que a banda toca no interior. Para a gestão municipal de Lóssio, resolver a questão da não existência de um equipamento cultural na cidade foi menos importante do que construir monumentos decorativos, que em alguma medida ofuscaram as pejeas e ações de denúncia pela não construção do teatro municipal.

As figuras 6 e 7 são registros das ações “Meu Partido é a Cultura”<sup>7</sup> e “Teatro-balneário Coelho-Lóssio”,<sup>8</sup> respectivamente, ambas micropolíticas estruturadas a partir de amotinamentos de agentes culturais que modificaram o fluxo cotidiano da cidade no instante de seu acontecimento, reacendendo a discussão acerca da não construção do Teatro Municipal de Petrolina, que havia sido silenciada na década anterior, gerando debates em torno da má gestão dos recursos para cultura na cidade.

**Figura 6**  
“Meu Partido é a Cultura”, 2012. Fonte: arquivo pessoal



**Figura 7**  
Ação “Teatro Balneário Coelho-Lóssio”, 2014. Fonte: arquivo pessoal



7 Registro da ação “Meu Partido é a Cultura”. Disponível em: <https://youtube/ti57gRPFB-A>. Acesso em: 5 abr. 2022.

8 Protesto Projeto do Teatro em Andamento na Prefeitura. Disponível em <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2014/08/apos-protesto-prefeitura-diz-que-projeto-do-teatro-esta-em-andamento.html>. Acesso em: 18 maio 2022.

O acesso a bens culturais materiais e imateriais é direito assegurado por lei; fomentar esse acesso é um dever do Estado. A não construção do Teatro Municipal em Petrolina constitui episódio cruel a confirmar que as prioridades dos que detêm o poder não incluem minimizar a precariedade das condições de trabalho dos agentes culturais que atuam nesse dito oásis no sertão. Em enfrentamento, artistas têm articulado estratégias de emancipação por meio de ações disruptivas (ALICE, 2016); ao denunciar por meio de *performances* as violências simbólicas a que são submetidos, interferem nos fluxos cotidianos de uso da cidade. Em *Performance como revolução dos afetos*, ao discorrer sobre o que seriam ações disruptivas, Tania Alice (2016, p. 77) afirma:

Disrupção é sinônimo de quebra, de fratura, de interrupção do curso normal de um processo. No caso de espaços públicos, uma ação disruptiva é aquela capaz de provocar estranhamento ou até mesmo causar uma interrupção nos fluxos cotidianos de uso da cidade. Pode se tratar de uma ação de grandes proporções ou apenas de um pequeno gesto, sutil e delicado; pode apresentar uma longa duração ou ocorrer num átimo de segundo. Porém, em qualquer dos casos, ela deve ser capaz de gerar algum tipo de perturbação, desequilíbrio ou desestabilização na percepção e na experiência dos transeuntes durante seus deslocamentos nas vias urbanas.

Ao fazer denúncias por meio de *performances* coletivas, os agentes culturais dos motins da cidade passaram a questionar as estruturas e o *modus operandi* pelos quais o poder público dialoga com suas demandas, e isso tem propiciado a construção de um pensamento politizado nas novas gerações. Sob o ponto de vista da negação do direito à cultura é possível ler a não construção do teatro em Petrolina como um projeto de perpetuação das desigualdades, que tem raiz na hierarquização dos saberes e desse modo perpetua violências simbólicas.

Mesmo que o cenário da construção do teatro não tenha se alterado com essas ações disruptivas, algo muito positivo foi gerado a partir desses episódios. As ações geraram uma tomada de consciência nos artistas da nova geração, que não somente adaptaram suas táticas de enfrentamento às opressões como passaram a intervir nelas artisticamente, recriando-as, como nos aponta Freire (2013, p. 67): “A capacidade de aprender não é apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”.

As ações aqui citadas ilustram muito bem como tem sido o processo de politização e emancipação dos artistas desse contexto, que se amotinam como estratégia micropolítica, para reivindicar o direito de (r)existir fora do eixo. Nessas ações o descaso do poder público para com os trabalhadores da cultura foi denunciado publicamente, e essas denúncias ganharam força coletiva uma vez que a cidade não parou de crescer e gerar artistas, que tentam há pelo menos duas décadas sensibilizar o olhar dos gestores, em cada nível administrativo, para a necessidade de construção de um equipamento cultural na cidade.

Ações como “Meu Partido é a Cultura” e “Teatro-Balneário Coelho-Lóssio” são, antes de tudo, táticas de emancipação e sobrevivência ante as pulverizações que sufocam, aniquilam e cerceiam a liberdade de criar outros mundos para ser e estar artista no interior. Segundo Suely Rolnik (2018), essas ações transformadoras de reapropriação das potências de criação podem ser nomeadas micropolítica ativa, e sobe isso ela afirma que:

fica evidente que não basta tomar para si a responsabilidade como cidadão e lutar por uma distribuição mais justa dos bens materiais e imateriais, bem como dos direitos civis e, para além deles, do próprio direito de existir. Isto é o mínimo que se deva almejar [...] Mas, para ir além dessa tarefa, é preciso também tomar para si a responsabilidade de ser vivo e lutar pela reapropriação das potências de criação e cooperação e pela construção do comum que dela depende. Em outras palavras, não basta um combate pelo poder macropolítico e contra aqueles que o detêm, há que se levar igualmente um combate pela potência afirmativa de uma micropolítica ativa, a ser investida em cada uma de nossas ações cotidianas – inclusive naquelas que implicam nossa relação com o Estado, quer estejamos dentro ou fora dele (ROLNIK, 2018, p. 89).

Do ponto de vista político, ou da micropolítica, conceito cunhado nos anos 1960 por Deleuze e Guattari (GUATTARI, ROLNIK, 1986), os motins de um modo geral, mas sobretudo os assentados nas margens, podem funcionar como organizações independentes e autônomas, de onde sujeitos com interesses comuns se articulam, a fim de tencionar perspectivas culturais e reivindicar a reparação de opressões e desigualdades, por meio de ações geradoras de práticas de liberdade, como coloca Freire (2011, p. 73-74).

A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que

se serve desta dependência para criar mais dependência. A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança por mais bem intencionada que seja, lhes faça. Não podemos nos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de sujeitos e não de coisas. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho –, também não é libertação de uns, feita por outros.

Ações culturais geradas como estratégia de autolibertação, com e para sujeitos das margens, contribuem enormemente no alargamento do horizonte da história recente da produção de poéticas em artes da cena do estado de Pernambuco, revelando outro discurso sobre esse passado recente, para que se reconheçam e enalteçam as estratégias de emancipação dos agentes culturais dos interiores, bem como a efervescência da criação em dança e teatro nos territórios para além da capital e região metropolitana do estado.

A existência de motins nas zonas ditas marginais reposiciona as engrenagens dos campos de disputas e provoca fissuras, que agem na demolição das fronteiras e violências simbólicas impostas pelas hierarquizações já estabelecidas entre a cadeia produtiva da capital e a do interior. Em outras palavras, se o poder público perpetua e regimenta a falta de teatros municipais ou centros culturais ou políticas públicas que possam transformar a realidade dos contextos de margem, cabe aos artistas geográfica e politicamente marginalizados pelear, fabular outras redes a partir de micropolíticas ativas, criar poéticas e construir seus próprios circuitos.

Em dezembro de 2019, na zona rural da cidade Ingazeira, que não está situada no sertão mas no agreste de Pernambuco, durante a programação da primeira edição do festival No Meu Terreiro Tem Arte, trabalhadores da cultura de diversas cidades do interior do estado se reuniram no intuito de pensar juntos estratégias de enfrentamento à disparidade na distribuição de recursos nos campos de disputas, desse encontro fundou-se a Rede Interiorana de Produtores, Técnicos e Artistas de Pernambuco (Ripa), que teve grande adesão da classe trabalhadora da cultura e tem se fortalecido de uma forma muito potente ao longo do período de isolamento social, ao promover debates de interesse da classe artística e da sociedade civil.

Com o lançamento dos editais da Lei Aldir Blanc (LAB), lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020, muito se tem discutido sobre as especificidades e urgências no contexto de atuação dos agentes culturais do interior do es-

tado, em especial os que (r)existem nas pequenas cidades. Essa rede, que se formou por iniciativa dos próprios agentes culturais marginalizados nas agendas do Estado, tem sido primordial para o fortalecimento e amparo dos motins com menos estrutura, de modo a os munir de argumentos e ferramentas que visam estreitar os hiatos.

Quase em concomitância, o Fórum Popular de Cultura se formou também em Petrolina; tanto o Fórum quanto a Ripa se propõem representação da classe e da sociedade civil junto aos campos de disputas, e a diferença básica entre essas duas redes está no fato de o Fórum ser de Petrolina, agregando obviamente, portanto, os trabalhadores que atuam nesse contexto e desse modo discutem as especificidades e demandas da cidade.

Ao acompanhar as discussões que têm surgido no Fórum e na Ripa, tenho refletido sobre a possibilidade de subverter lógicas colonizadoras já naturalizadas ou romper com um ciclo de exclusão e segregação tão enraizado culturalmente. Mesmo com recursos circulando entre os agentes culturais as pelejas persistem, e as condições de trabalho para os motins de Petrolina estão longe de ser as ideais; contudo, no biênio de isolamento social decorrente da pandemia houve pequenas conquistas, e os motins da cidade tiveram uma produção efervescente a partir dos editais de acesso aos recursos da Lei Aldir Blanc no município; com isso a pauta do teatro e do fundo de cultura voltou a ser acirradamente discutida.

Há o entendimento de que para romper com o ciclo de exclusão e invisibilização o primeiro passo é se fazer notado nos campos de disputa, nas discussões da Ripa e do Fórum Popular de Cultura, tenho percebido esse discurso constantemente reafirmado. Em 12 de novembro de 2020 numa reunião da comissão representativa do Fórum Popular de Cultura com a gestão municipal, foi divulgado que depois de quase 200 inscrições de propostas de ações terem sido submetidas ao edital do LAB, havia ainda 615 vagas ociosas, o que representava montante de mais de um milhão e quinhentos mil reais dos mais de dois milhões e duzentos mil que foram destinados ao município.

Por entender que esse campo de disputas poderia gerar discussões potentes para a completude de minha pesquisa de mestrado, orientada pela professora doutora Luciana Lyra, junto ao PPGArtes/Uerj, defendida e aprovada no último dia 2 de junho de 2022, aceitei o convite da prefeitura para compor a representação da sociedade civil de notório

saber na comissão de avaliação dos projetos da primeira edição da LAB no município de Petrolina e, assim, não pude concorrer aos editais da LAB do estado ou do município.

No processo de captação de recursos da LAB do município, designado a avaliar projetos inscritos nas modalidades de artes cênicas e audiovisual, me chamou a atenção o quantitativo de propostas que propunham diálogos entre linguagens – houve, por exemplo, espetáculos de dança e de teatro que viraram filmes, imagens captadas em processos criativos que se tornaram documentários, releituras de obras que viraram *lives*.

Os recursos da Lei Aldir Blanc que foram injetados no município modificaram também a organização dos motins, que já estavam em sufocamento antes da pandemia. Como as propostas dos projetos da LAB não necessariamente tinham que ser nominais aos motins, porque havia modalidades de concessão de recursos diretamente para os artistas, houve uma grande mobilização para que agentes culturais propusessem tantas poéticas quantas fossem possíveis, ou seja, os recursos chegaram até os artistas e não exatamente aos motins. Isso gerou a desintegração de algumas redes, que suspenderam suas atividades nos últimos dois anos de pandemia e possivelmente não irão se recuperar quando a vida voltar, se voltar, ao fluxo dito normal.

Do ponto de vista da fruição os recursos advindos da LAB foram poderosos, pois os agentes culturais tiveram que elaborar suas próprias estratégias de gestão do pouco que conseguiram captar nos editais; isso implicou uma leva de criações audiovisuais autorais de baixo custo, fundadas em processos antes pensados para a cena do teatro, mas que precisaram ser desdobrados em produtos audiovisuais.

Me chamou a atenção também o estabelecimento de novas parcerias entre os agentes culturais, haja vista que as equipes se formavam por afinidade e em um certo ponto os artistas puderam se experimentar na cena e na obscena, firmando parcerias com artistas de motins diferentes daqueles com quem trabalhavam antes da pandemia. As *lives*, as transmissões virtuais e síncronas demandaram outro modo de realização em artes cênicas nesse contexto, que, aliás, suscitou debates acerca dos limites entre teatro e audiovisual. É totalmente possível que daqui a algum tempo compreendamos que os modos de fazer gerados na pandemia transformaram o teatro para sempre; a questão da presença e da ocupação concomitante

dos espaços foi totalmente questionada com esses outros modos de fazer, e talvez já estejamos na era do pós-contemporâneo.

Já se passaram 20 anos do evento que teoricamente inaugurou a construção do teatro fantasma/bueiro municipal, previsto para ser um espaço com 800 lugares que, no entanto, nunca existiu e é apenas um alicerce a esmo numa encruzilhada, espaço fantasma, ruína sem paredes no meio da cidade e um vergonhoso episódio que escancara o descaso do poder público para com os agentes culturais, os motins de teatro e de dança e a população de um modo geral.

Ainda que a classe artística tenha se mobilizado inúmeras vezes ao longo dessas quase duas décadas para denunciar esse episódio vergonhoso, que ilustra muito bem como funciona a gestão dos recursos para a cultura nas prefeituras, não somente em Petrolina, mas na maioria senão em todas as cidades de interior da região Nordeste do Brasil, essa dívida que a gestão municipal de 2002 contraiu com a população jamais foi quitada pelas gestões que a sucederam; a peleja vem se arrastando e se atualizando.

## Referências

ALICE, Tania. *Performance como revolução dos afetos*. São Paulo: Annablume, 2016.

DURAND, José Carlos. *Política cultural e economia da cultura*. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LYRA, Luciana (Org.). *O livro do motim*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018. E-book.

TROTTA, Rosyane. O teatro e o Estado. In: FARIA, João Roberto (dir.). *História do teatro brasileiro, volume 2: Do modernismo às tendências contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, Edições Sesc-SP, 2013.

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.

